

## TRABALHO FLEXÍVEL E O NOVO INFORMAL

Jacob Carlos Lima\*  
Maria José Bezerra Soares\*\*

**RESUMO:** *O artigo analisa a retomada dos estudos sobre informalidade, agora dentro do paradigma da flexibilidade, tendo como referência o crescimento do chamado setor informal nos países de capitalismo avançado. Sustenta o caráter polêmico do conceito e sua aplicabilidade voltada a situações particulares em contextos de reestruturação econômica. Apresenta o caso do tradicional cluster do vestuário, formado pelas cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama em Pernambuco, totalmente organizado na informalidade desde os anos 60, e as mudanças em curso a partir dos anos 90.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Informalidade, trabalho flexível, trabalhadores do vestuário, trabalho eventual, pequena produção.*

Nos anos 60 e 70, o chamado setor informal foi analisado como próprio de países subdesenvolvidos, dentro de uma perspectiva dual. De um lado, o setor formal, legalizado e com trabalhadores com acesso a direitos sociais e, de outro, um amplo conjunto de atividades chamadas como “subterrâneas”, “mercado negro”, entre outras expressões,<sup>1</sup> em que atividades informais, ilegais e criminais nem sempre se distinguem. Pretendia explicar, igualmente, a persistência da pequena produção, do trabalho autônomo, de subsistência, e uma série de outras atividades econômicas pouco precisas ou dificilmente classificáveis.

Apresentado como indicador de subdesenvolvimento, vinculado ao crescimento da urbanização e da população marginal ou, ainda, ao exército industrial de reserva, o dualismo inicial, nas análises, foi sendo progressivamente abandonado e substituído pela complemen-

---

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPb, Doutor em Sociologia pela USP e pesquisador do CNPq;

\*\* Mestre em Sociologia pela UFPb e pesquisadora do Grupo Interdisciplinar Tecnologia e Trabalho da UFPb.

<sup>1</sup> Broad (2000) refere-se ainda a “social economy” e “second economy” nos países do antigo bloco soviético.

taridade desse informal em relação às atividades formais, como produto da expansão do capitalismo em áreas periféricas. Não mais algo marginal, mas necessário ao processo de acumulação. Para os trabalhadores, não mais como reserva ao emprego industrial, urbano e formal, mas uma forma de inserção num mercado no qual a reserva já estava saturada, mas que mantinha relações estruturais de funcionalidade com a formalidade.

Nos anos 80, chegou a ser considerado resultado da ação reguladora estatal, vinculada a interesses das elites locais. A informalidade seria a resposta dos excluídos a essa regulação. Existindo na sombra das regulações, a informalidade mostraria uma dinâmica própria, um potencial empresário em cada trabalhador (1989), sendo, portanto, um elemento positivo.

Nos países avançados, o setor “subterrâneo”, inicialmente, foi analisado como vinculado às comunidades de imigrantes, que desenvolviam atividades voltadas a um mercado “étnico”, e que reproduziam as condições existentes em seus países de origem, tendo algo de “cultural”. Com a reestruturação econômica dos anos 70 e o crescimento do desemprego estrutural nesses países, o informal passou a ser analisado também dentro do paradigma da flexibilidade e, por conseguinte, como algo que poderia ser positivo. A experiência da “Terceira Itália” tornou-se modelo de flexibilidade, voltada para mercados competitivos, a partir da pequena produção com trabalhadores qualificados, não sindicalizados e com contratos de trabalho flexíveis. O que antes era resquício de formas anteriores de produção passou a representar a dinâmica do novo momento da acumulação.

Conceito polêmico desde sua origem, a “informalidade” engloba situações analiticamente distintas, como economia informal, mercado informal, setor informal e trabalho informal. Em comum, a inexistência de regulações estatais em sua organização e funcionamento, ou, melhor dizendo, organização e funcionamento paralelo às regulações existentes.

A discussão sobre marginalidade, na América Latina, e sobre o setor informal derivavam, em grande medida, das análises sobre modernização como sinônimo de urbanização acelerada e metropolização nos países da região, dominantes nas décadas de 60 e 70. As capitais nacionais passaram a receber migrantes rurais à procura de melhor condição de vida nos centros urbanos. No Brasil, numerosos centros urbanos tiveram um crescimento acelerado, com o agravamento da situação de marginalização social que, em sua forma mais visível, manifestou-se no tecido urbano das grandes cidades com o crescimento das favelas, das atividades informais e da violência urbana.

Em sua vertente marxista, o debate sobre marginalidade incorporou o conceito de exército industrial de reserva e a funcionalidade do setor informal para a acumulação de capital. A partir dessa perspectiva, desaparece a dualidade, o “marginal” e o “informal” integrando o desenvolvimento “desigual e combinado” do capitalismo nos países periféricos. Em outras palavras, o setor formal e o informal, o moderno e o tradicional, nada mais seriam senão faces de uma mesma moeda: a forma assumida pelo desenvolvimento capitalista nesses países, no qual o setor moderno se beneficiaria da existência de um amplo setor tradicional. Abandonando os termos duais, teríamos uma situação em que relações não-capitalistas seriam criadas como condição de garantir a acumulação. A produção informal de bens de subsistência manteria baixos os custos de reprodução da força de trabalho, assim como os salários no setor formal. Tendencialmente, entretanto, o assalariamento seria a relação dominante (Prandi, 1980).

Analisando a situação peruana, DeSoto(1988) afirmava que quanto maior a regulação, maiores as tentativas das empresas de fugirem a essa regulação, em busca de otimização do uso da força de trabalho e do pagamento de impostos. Podemos dizer que, com esse autor, inicia-se a revisão do conceito, na forma como vinha sendo analisado até então, dentro das tendências de liberalização econômica do final da década.

Segundo Portes, o setor informal contribui para o processo de acumulação, provendo mercadorias baratas e serviços a baixo custo que, por sua vez, reduzem os custos de reprodução da força de trabalho. Caracteriza três modelos de produção no setor: a) subsistência direta, atividades que incluem obtenção e reparo de artigos de consumo; b) pequena produção e troca, baseadas na atividade de trabalhadores que produzem e/ou vendem produtos e serviços no mercado; c) empresários de fundo de quintal, pequenos empresários, que empregam trabalhadores de baixos salários, não registrados, e trabalho assalariado irregular para grandes firmas, através de sub-contratação. As atividades informais e formais integrariam as economias urbanas, seja no centro ou na periferia. As redes de subcontratação fariam a ligação entre empresas formais e informais, sendo difícil fazer uma distinção adequada. Prefere-se falar mais em economia informal do que em setor.

No mercado de trabalho, a característica básica da informalidade estaria na ausência de contratos e de proteção social ao trabalhador. O trabalhador é responsável pelo acesso à proteção, desde que pague por ela. Como, em sua maioria – se pensarmos no caso latino-americano – são trabalhadores de baixa renda, raramente despendem parte do que ganham no pagamento de seguros, ficando fora das redes de assistência social.

Ora visto como o renascer do mercado, fora das regulações estatais, ora como precarização das condições de vida e de trabalho de crescentes camadas de trabalhadores, o debate sobre a informalidade continua polêmico e, em grande medida, pouco esclarecedor.

Independentemente de positividade ou negatividade, o conceito de informalidade é difuso, seja pela dificuldade de estabelecer suas origens, seja pela multiplicidade de seus processos, o que faz com que sua análise restrinja-se a situações particulares (Peattie, 1987; Tabak, 2000). Abrangendo desde os chamados trabalhadores liberais autônomos, como médicos, arquitetos, advogados, pequenos empresários,

até trabalhadores que sobrevivem de trabalhos eventuais, sua caracterização exige um paciente trabalho de classificação.

No debate atual, Sassen, Broad e Tabak (2000) recuperam a questão da informalização como processo de “casualização” do trabalho, através do trabalho *part-time*, temporário, por tarefa, trabalho industrial doméstico, todos, em tese, da economia formal, mas nos quais os trabalhadores e suas famílias são forçados a misturar empregos no setor formal e informal, para atender às necessidades da família. Seria o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho. Poderíamos chamar isso de “nova informalidade”, por incorporar contingentes de trabalhadores antes no mercado formal e protegido. Juntam-se aos trabalhadores do “velho informal” autônomos de todos os tipos e atividades. Em comum, agora, a falta da perspectiva de inserção na formalidade, antes vista como o futuro desejado. A “nova” informalidade pode ser considerada como sinônimo da flexibilidade dos novos tempos.

Nada de novo, se pensarmos nos países periféricos, nos quais amplos contingentes de trabalhadores sempre estiveram no informal e sempre dependeram da família para sua reprodução como força de trabalho. Devemos considerar, ainda, que os processos de formalização, nos países periféricos, não chegaram a atingir a maioria dos trabalhadores, tendo crescido no período 50-70 e declinado em seguida. Entretanto muda a perspectiva, a informalidade deixa de representar algo transitório, para constituir-se em definitivo.

Apesar do crescimento de dados estatísticos sobre a informalidade, sua diversidade continua a exigir o estudo de caso como forma de captar as particularidades econômicas, sociais, históricas e geográficas assumidas pelo processo, o que dificulta generalizações.

Neste artigo, analisamos uma situação na qual a nova e a velha informalidade se entrelaçam de forma dinâmica e contraditória: um cluster do vestuário encravado no interior de Pernambuco, formado

pelas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que, juntas, são responsáveis por 60% da produção do vestuário no Estado. A informalidade marcou a formação do cluster, e suas mudanças decorrem da progressiva integração da economia regional e nacional na chamada globalização. Nosso objetivo é analisar as mudanças que vêm ocorrendo, seus impactos sobre as relações de trabalho e as especificidades assumidas nesse processo, tendo como pressuposto que a incorporação de regiões e países a uma economia internacionalizada está longe de qualquer homogeneização.

### **O CLUSTER PERNAMBUCANO**

A região metropolitana do Recife é um dos principais pólos industriais e comerciais do Nordeste, com um dos maiores índices de informalização da região e mesmo do país. Concentrando uma população estimada em 2.000.000 habitantes, a maioria vivendo em favelas e mocambos, assemelha-se a outras metrópoles latino-americanas, com amplo mercado informal constituído por trabalhadores de baixa renda e com mercadorias voltadas para esse estrato da população.

Caruaru destaca-se como segunda cidade do estado fora da região metropolitana, caminho entre a capital e o sertão, surgindo a partir da feira realizada por comerciantes em meados do século XIX. O município cresceu com a feira, que se tornou a principal atividade econômica da cidade e sua marca registrada: a “feira de Caruaru”. Com 230.000 habitantes, encontra-se a 140 Km de Recife. É a principal cidade do cluster, tendo uma função mais comercial que produtora.

Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, as duas cidades produtoras, possuem, respectivamente, 59.000 e 18.391 habitantes e atraem trabalhadores de outras cidades, que se deslocam diariamente para trabalhar nas atividades de costura.

A produção de confecções em Santa Cruz surgiu com a chamada feira da “Sulanca”. Para entendê-la, é necessário alguns dados ante-

riores ao seu surgimento. Nas décadas de 40 e 50, comerciantes da cidade vendiam, no Recife, produtos como queijo e couro e traziam para a cidade retalhos de tecidos da capital (então centro produtor têxtil), que se transformavam-se em *patchwork*, roupas infantis, roupas para adultos, costurados por mulheres da cidade, que vendiam na própria cidade. Na década de 60, caminhoneiros vindos de São Paulo traziam retalhos de *helanca*,<sup>2</sup> fio de malha sintético, de tecelagens paulistas, que eram costurados na cidade, transformando-se em roupas íntimas e de malha. Em 1969, foi estabelecida a feira na qual esses produtos eram vendidos. Com o sucesso da feira, pelo baixo custo de seus produtos, outros produtores passaram a costurar peças do vestuário, sendo que, hoje, a cidade inteira vive da costura de produtos de malha, vendidos nas feiras da Sulanca em Caruaru, Santa Cruz e Toritama, atraindo compradores de todo o nordeste. O crescimento da produção resultou na instalação de agências bancárias na cidade e unidades maiores de armazenamento, produção e comercialização, bem como o asfaltamento da estrada para Caruaru. A produção é 90% informalizada, e a prefeitura faz vista grossa à sonegação.

Toritama, situada entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, até os início dos anos 80, era produtora de sapatos feitos em pequenas unidades informais. Com o aumento do preço do couro e a crise da produção que se seguiu, as máquinas passaram a ser aproveitadas para a costura de jeans, produto com demanda crescente, utilizando a experiência anterior com calçados.<sup>3</sup> Progressivamente, Toritama passou a ser a maior confeccionista de jeans da região, com a instalação de empresas de lavagem e outras correspondentes às fases da produção, criando sua própria feira, a da Sulanca, e aproveitando as existentes em Santa Cruz do Capibaribe e a tradicional Feira de Caruaru. Na Feira de Caruaru, a feira da “Sulanca” acontece nas segundas à noite e

---

<sup>2</sup> A corruptela Sulanca deriva de Sul (São Paulo) e helanca.

<sup>3</sup> O desenvolvimento da costura em Santa Cruz e Toritama tem origem na produção artesanal de sapatos. Veja-se Azais (1996) e Bezerra Soares (2000).

terças pela manhã; a de Santa Cruz, às segundas e quartas pela manhã; a de Toritama aproveita os clientes dessas duas feiras (média de 400 ônibus por feira), realizando-se às terças-feiras, à beira da estrada Caruaru-Santa Cruz. Atualmente um “camelódromo” foi inaugurado na cidade, tornando diária a exposição e venda da produção local.

### **EMPREGO FORMAL E INFORMAL**

Estima-se a existência de 3.000 a 3.500 empresas informais em cada cidade. Essas empresas, conhecidas como “fabricos” ou “facções”, são pequenas unidades produtivas familiares que empregam de um a 30 trabalhadores e vendem diretamente na feira, ou para sacoleiros, ou trabalham subcontratadas para vendedores ou por encomendas(as facções). Empresas maiores, com 100 trabalhadores ou mais, são geralmente formalizadas. Em Santa Cruz, o número estimado de trabalhadores é de 25.000, além dos 20.000 camelôs que vendem nas barracas da feira.

O surgimento da produção da “sulanca”, nesses municípios, esteve vinculado a dois fatores: a situação geográfica, pois se trata de uma área de solos pouco favoráveis à agricultura comercial e de subsistência, e a proximidade de Caruaru, centro comercial situado na ligação capital-interior. Desde o início, a produção foi marcada pela informalidade; a formalidade das relações de trabalho limitava-se a órgãos estatais e, mesmo com esses, nem sempre era observada. Dessa forma, oriundos da área rural em sua maioria, os trabalhadores envolvidos na produção local de confecções nunca estiveram vinculados ao setor formal e, mesmo com o crescimento da produção local, a formalidade não se constituía em expectativa.

Isso decorre do fato de a produção ser realizada em unidades familiares, com relativa facilidade de entrada no mercado (situação amplamente discutida nos estudos sobre informalidade), assim como do crescimento contínuo da demanda pelos produtos. Nesse contex-

to, a questão do assalariamento tornava-se secundária, frente à questão do próprio negócio. O grupo de trabalhadores é formado basicamente por costureiras (mas com muitos homens trabalhando na costura), camelôs que vendem e compram a produção e carroceiros – proprietários de jegues que garantem o deslocamento da mercadoria em vários locais na cidade. A autonomia real ou pretensa é o objetivo desses trabalhadores. É grande o número de costureiras que abriram sua própria facção, pois basta uma ou duas máquinas para tanto. Também é grande o número dos que abandonaram o autonegócio, alegando muito trabalho e pouco retorno. Parte dos fabricos contrata costureiras domiciliares, e crianças participam das atividades de costura dentro de casa. Dessa forma, várias gerações de trabalhadoras estão envolvidas na produção.

Segundo Azais, as unidades produtivas poderiam ser agrupadas (grosso modo) em subcontratadas e subcontratantes. Utilizando dados de pesquisa realizada pelo SEBRAE<sup>4</sup> de Pernambuco em 1991, verifica-se que as unidades produtivas que empregavam apenas mão de obra familiar constituíam 62% da amostra, seguidas pelas unidades que empregavam de um a quatro trabalhadores (25%), e as de quatro a nove trabalhadores (11%). Apenas 30 empresas utilizavam mais de nove pessoas (2%). Os salários pagos, ainda segundo a pesquisa, em 80% dos casos, estariam abaixo de um salário mínimo por mês, e somente 23% das unidades pagariam mais, entre um e três salários mínimos. Dado interessante é que as menores “empresas” pagavam os maiores salários. O caráter sazonal de parte da produção – voltada para eventos como carnavais fora de época, campanhas eleitorais – explicaria os baixos índices salariais. Em 1998, estimava-se a existência de 100 fábricas de maior porte.

Bezerra Soares (2001), estudando costureiras de jeans em Toritama, aponta para valores maiores, ou seja, uma renda mensal de dois a três salários mínimos, podendo aumentar ou diminuir conforme o

---

<sup>4</sup> Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

fabrico e as encomendas e a depender também da época do ano. Essa situação permite caracterizar esses municípios com pleno emprego e salários altos para a região, considerando-se a diversidade das formas produtivas e de ganhos dos trabalhadores locais.

Geralmente, o(a) proprietário(a) do “fabrico” ou da “facção” e sua família administram a produção, a compra e a venda de mercadorias e trabalham conforme a demanda. As unidades são instaladas na própria casa, que vai sendo expandida conforme as necessidades da produção. Assim, no espaço de muitos “fabricos”, misturam-se cômodos com máquinas de costura, outros com camas para trabalhadoras e outros que se constituem propriamente na residência. O quintal também é aproveitado para a produção, com a extensão de telhados e instalação de mesas de corte, por exemplo. A organização do trabalho e do espaço de produção é caótico, com mercadorias no chão e trabalhadores(as) distribuídos(as) aleatoriamente, dormindo e comendo, às vezes, no mesmo espaço.<sup>5</sup>

A diversidade das unidades de produção se manifesta na variedade de relações de trabalho, majoritariamente informais. De costureiras domiciliares, passando por costureiras ocupadas nos fabricos informais<sup>6</sup>, ate as unidades produtivas maiores, voltadas para a distribuição e lavagem dos produtos.

O horário de trabalho é variável, dependendo do tipo de unidade. Verifica-se a mistura do trabalho de costura com o trabalho doméstico da costureira domiciliar, podendo, nos fabricos, a produção estender-se no final de semana. Alguns fabricos mantêm camas para as trabalhadoras que, dependendo das encomendas, dormem no trabalho. Para os trabalhadores vinculados também à venda, o trabalho inicia-se à noite, quando acontecem as feiras, que se estendem pela madrugada, ou começa e acaba nas primeiras horas da manhã.

---

<sup>5</sup> O que foi observado também por Azais (1996).

<sup>6</sup> A distinção entre “fabrico” e “fábrica” é a formalização.

O assalariamento, para esses(as) trabalhadores(as), é visto de forma dúbia. Ora como uma possível segurança, em termos de acesso a assistência médica e aposentadoria, ora como ameaça de redução de ganhos. Como ganham por produção, temem que o registro possa significar o pagamento de apenas um salário. A troca de “emprego” é constante, dependendo das ofertas, dada a grande procura por costureiras.

O assalariamento formal é restrito nos clusters, e vem aumentando a partir da formalização de empresas que conseguiram manter vendas para produtores da região e de fora dela, com a expansão da produção através de empréstimos bancários e regularização da situação fiscal e trabalhista, como forma de se inserir num mercado mais amplo. Dada a informalidade-ilegalidade da produção local, ela não se beneficia de políticas estatais de desenvolvimento regional, embora integre o principal pólo de confecções do Estado.

A fragmentação da produção e dos tipos de unidades, bem como a diversidade das relações de propriedade e de trabalho, tornam difícil fazer referência à identidade profissional desses trabalhadores. Várias costureiras abriram e fecharam seus fabricos, voltando a trabalhar para outros proprietários; ora estão na costura, ora participam das vendas, ora fazem inúmeras atividades fora da costura. Os homens também, vendendo, transportando, sem atividade fixa. Não existem sindicatos, ou mesmo tentativas de formação, já que o assalariamento não se constitui em objetivo desses trabalhadores(as). As tentativas de organização são mais comuns entre os empresários locais, preocupados com a expansão e continuidade de suas atividades.<sup>7</sup>

Indagados(as) sobre perspectivas futuras, as respostas desses trabalhadores(as) variaram, dependendo da circunstância de ter tido

---

<sup>7</sup> Sobre atividades empresariais em Santa Cruz do Capibaribe, veja-se Azais (1996) e Donhert (2000).

seu próprio fabrico ou não.<sup>8</sup> Algumas costureiras, por exemplo, tinham estabelecido fabricos e fechado, voltando a trabalhar para outros, por considerarem que os fabricos próprios davam muito trabalho e não compensavam em termos de ganhos. Dessa forma, preferiam trabalhar ou como faccionistas para um ou mais fabricos, ou como trabalhadoras em fabricos, o que lhes dava mais autonomia, pois iam mudando conforme as ofertas de maiores ganhos. Outras ainda pensavam em abrir seu próprio negócio. Enquanto pesquisas sobre trabalhadores assalariados apontam para o desejo de autonomia representado pelo próprio negócio (Lima, 1996, 1997), em Santa Cruz e Toritama nem sempre o próprio negócio é visto como bom negócio.

#### **CRESCIMENTO DO CLUSTER E ABERTURA DOS MERCADOS: A COMPETIVIDADE. REVERSÃO DA TENDÊNCIA?**

O crescimento da demanda pela produção local, dado os baixos custos, implicou a instalação de grandes atacadistas, para atender ao mercado criado pelos fabricos e pelas fábricas de maior porte. Por sua vez, esse crescimento resultou numa preocupação crescente com a qualidade dos produtos, a compra de máquinas modernas e a busca de financiamento para essas compras. Isso pressupõe uma situação comercial legalizada, para a viabilização dessas atividades.

A partir de 1995, começou-se a falar em crise em Santa Cruz e Toritama, com a entrada de produtos chineses mais baratos e de melhor qualidade na região. A informalidade, como garantia de preços baixos, pela sonegação fiscal e ausência de obrigações trabalhistas, não estaria mais funcionando numa economia globalizada. Isso porque a abertura das importações colocou em cheque diversas produções regionais, antes protegidas da concorrência.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Foram realizadas, até agora, 17 entrevistas em profundidade com costureiras de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

<sup>9</sup> É o caso do artesanato praticado em algumas cidades cearenses que viviam da produção de rendas e que entraram em crise com a competição do produto asiático.

A qualidade da produção também passou a se constituir num problema. *Sulanca* tornou-se sinônimo de roupa barata, de qualidade duvidosa, para consumo de pobre. O interesse de grandes cadeias de lojas pela produção local levou a uma preocupação generalizada com o estigma da produção local. Algumas empresas passaram a trabalhar com marca própria, formalizando suas atividades e contratando trabalhadores. O mesmo tem acontecido com empresas interessadas em encomendas de grandes cadeias, o que exige uma escala de produção maior e situação legalizada.

Com isso, a informalidade, que inicialmente se constituiu num elemento a mais de competitividade da produção local, tornou-se um problema, num momento em que a demanda aumentou, mas aumentou igualmente a concorrência da produção realizada em outras regiões do país e do exterior. Por outro lado, a redução de custos – representada pela flexibilização de contratos de trabalho ou de relações de trabalho, através de empresas subcontratadas, cooperativas de trabalho, trabalho domiciliar ou faccionistas – está contribuindo para tirar do cluster a competitividade anterior.

A tendência à formalização dos contratos de trabalho, entretanto, não tem significado alterações substanciais no conjunto da força de trabalho empregada em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, embora introduza uma nova variável na fragmentada composição dos trabalhadores locais. O caráter recente dessa tendência exige cuidados em sua análise. Falta verificar em que medida essa tendência irá afetar os trabalhadores locais, considerando que mais de 60% deles são ocupados em unidades familiares, nas quais produção e a reprodução imbricam-se, dificultando caracterizações identitárias em termos profissionais. A maioria é constituída de trabalhadores e proprietários que flutuam nas duas categorias conforme a conjuntura e a demanda por produtos.

## INFORMALIDADE, ILEGALIDADE E CRIMINALIDADE

Ao estigma da informalidade, como baixa qualidade e ilegalidade, junta-se outro elemento presente nos estudos sobre o informal, que é a mistura de atividades produtivas e comerciais, realizadas sem a observância de legislação reguladora, com atividades francamente criminais.

O interior de Pernambuco é conhecido pela insegurança de suas estradas. Região com grande produção de drogas, a ligação entre cidades do interior e do litoral muitas vezes é feita com comboios vigiados pela polícia, dado o número de roubos de caminhões e também a passageiros de ônibus.

No caso de Santa Cruz, em 2000, comentava-se a descoberta, pela polícia, do produto de roubo de caminhões carregados de tecidos que eram vendidos abertamente nas cidades de Santa Cruz e Toritama. Os caminhões eram desviados para fazendas de comerciantes locais e descarregados. A descoberta, contudo, não implicou a extinção das redes de fornecimento, conhecidas informalmente. As mercadorias eram vendidas abaixo do preço de mercado, mas sem notas ou recibos e, quando não eram entregues, também não eram reclamadas. Dependiam de relações de confiança entre os vendedores-compradores que, quando da intervenção da polícia, não se manifestavam. Como todos são produtores-comerciantes locais, uma rede de solidariedade, que envolve igualmente o poder público local, encobre as atividades francamente criminais. Uma cumplicidade perpassa todas as atividades locais e garante sua continuidade.

Dessa forma, a fronteira que separa as atividades “informais” das ilegais, e mesmo das criminais, é pouco perceptível. Como as cidades são pequenas, as relações pessoais igualmente “informais” são fortes e, como é fraca a atuação estatal, o controle sobre o que é sonegação fiscal e o que é pura e simplesmente roubo é praticamente inexistente.

### CONCLUÍNDO: informalidade e flexibilidade

Algumas características do cluster ora o singularizam ora o aproximam dos estudos sobre o informal:

- a) o surgimento e o crescimento desse cluster esteve vinculado ao abastecimento regional de produtos baratos na região mais pobre do país; posteriormente, passou a atender mercados de outras regiões, dado o baixo custo das mercadorias;
- b) não se constituiu numa alternativa ao emprego formal, que inexistia na região, mas sim na forma dominante de relação de trabalho;
- c) o crescimento do cluster e dos mercados consumidores começou a inverter a tendência da informalização para a formalização, independentemente, todavia, de políticas públicas de formalização:
  - (i) o dinamismo da produção atraiu grandes armazéns atacadistas e fábricas maiores, voltadas, por exemplo, para a lavagem de jeans e outras fases da produção de confecções;
  - (ii) a entrada de produtos importados da China, mais baratos e de maior qualidade, passou a exigir um investimento maior em qualidade e, portanto, de financiamentos para manter a competitividade interna; a abertura de linhas de crédito bancário para a expansão da produção passou a exigir a formalização das atividades empresariais e a contratação “formal” dos trabalhadores;
  - (iii) por fim, a estigmatização da produção local como de baixa qualidade passou a comprometer a expansão da produção;
- d) no que diz respeito aos trabalhadores, que nunca foram assalariados e podem ganhar, em média, salários acima do mínimo, com contratos *off*, a carteira assinada é vista, em alguns casos, mais como ameaça de rebaixamento de salários do que efetivamente um direito; como grande parte da força de trabalho é constituída por mulheres, a carteira assinada é percebida como necessária a apenas um membro da família, o que reforça a constatação, presente nos estudos sobre informalidade, sobre a simultaneidade de trabalho formal e informal como estratégia do grupo familiar para garantir sua reprodução;

e) por fim, verifica-se a ligação entre informalidade e ilegalidade, não apenas pelos contratos ilícitos de trabalho ou sonegação fiscal, mas pela inclusão, na cadeia de produção, de atividades criminais; denúncias de utilização de mercadorias roubadas na composição das confecções, o que comporia o baixo preço da produção local, são comuns; há, ainda, uma certa “vista grossa” das autoridades a respeito da ilegalidade.

Essas características compõem um quadro da informalidade na região e, embora não sejam necessariamente “novas”, respondem às mudanças nas formas de acumulação de capital, assumindo características específicas, vinculadas à história e à estrutura social da região, além da situação geográfica, com relação a potenciais mercados consumidores.

Para os trabalhadores, o assalariamento formal aparece como situação nova, numa conjuntura de flexibilização que aponta para a direção contrária: a eliminação da regulação do mercado e de contratos de trabalho. Podemos concluir que a flexibilização da produção afetou a produção local de duas formas: pela crise de competitividade com a introdução do produto importado e pela maior procura por cadeias de lojas nacionais, atraídas pelos preços baixos. Nesses dois casos, o resultado tem sido tendencialmente oposto à maior informalização, pois exige a legalização das empresas para maior acesso ao mercado. Entretanto, permanece a produção familiar como o cerne da produção local, através dos fabricos, ficando a questão de se verificar até quando a produção local terá fôlego para permanecer competindo, pelo menos regionalmente.

Com a permanência da estrutura social da região, marcada pela extrema pobreza da população, a produção tem todas as chances de continuar fornecedora de roupas a baixo custo. A diminuição do peso dos importados, com a desvalorização do real frente ao dólar, e o aumento de taxas de importação são elementos que garantem a continuidade da produção local.

Acreditamos que o assalariamento, por sua vez, irá restringir-se a empresas que estabelecerem contratos com as distribuidoras de maior porte, nacionalmente. A permanência das facções e da produção subcontratada nos fabricos é uma garantia da reprodução de relações de trabalho desvinculadas de contratos formais. O que antes era considerado trabalho degradado e precário, é visto agora como flexível. Os maiores ganhos dos trabalhadores informais locais, comparativamente, tornam inviável qualquer forma de organização para a reivindicações de direitos. Temos, assim, a junção do velho e do novo informal, atendendo à nova fase da acumulação.

O crescimento da informalização, através da utilização de trabalhadores sem contrato de trabalho, ou de formas pretensamente autônomas, transfere para o próprio trabalhador o ônus da reprodução da força de trabalho, desonerando o capital. A valorização do trabalho autônomo, do micro-empresário, do empreendedorismo, acompanhada da degradação progressiva das relações de assalariamento, apontam nessa direção. Com isso, o que antes foi considerado desemprego disfarçado ou subemprego passa a ser visto como paradigma de relações flexibilizadas. A relação salarial retorna à sua forma anterior às políticas regulatórias, e o informal passa de resquício de subdesenvolvimento a relação hegemônica para contingentes crescentes de trabalhadores.

(Recebido para publicação em janeiro de 2002)  
(Aceito em julho/2002)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUI não se paga imposto. *Revista Exame*, [s.l.], fev., 2001.

AZAIS, Christian. Estória de um “*patchwork*” de empresas e de empresários no nordeste brasileiro: o político deslocado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. [s.l.], v. 2, n. 3, 1996.

BEZERRA SOARES, M.J. *As costureiras de Toritama*: mulheres trabalhadoras em um cluster informal no agreste pernambucano. João Pessoa: PPGS-UFPB. 2001.

BROAD, Dave. The periodic casualization of work: the informal economy, casual labor, and the *longue durée*. In: TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline. *Informali-*

zation. **Process and structure**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

CAMPELLO, Glaucete M.C. **A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. Recife: 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

DOHNERT, Sylvia. **Collective services, large firms and clustering pulling together. The threads of the cearense and pernambucan garment industries**. Cambridge: Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology. Cambridge, MA, 1998.

PETTIE, Lisa. An idea in good currency and how it grew: the informal sector. **World Development**, [s.l.], 15, July. 1987.

PRANDI, Reginaldo. **O trabalhador por conta própria para o capital**. São Paulo: 1980.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren (Eds.) **The informal economy: studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

QUIJANO, Aníbal. The growing significance of reciprocity from Below: marginality and informality under debate. In: TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline. **Informalization. Process and structure**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

SASSEN, Saskia. The demise of Pax Americana and the emergence of informalization as a systemic trend. In: TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline. **Informalization. Process and structure**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

SOUZA, Guaraci A.; FARIA, Vilmar (Org.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes, 1980. Caderno CEBRAP, 34.

TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline. **Informalization. Process and structure**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.

TABAK, Faruk. The Rise and Demise of Pax Americana and the Changing Geography and Structure of Production. In: TABAK, Faruk; CRICHLLOW, Michaeline. **Informalization. Process and structure**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 2000.